

A DECLARAÇÃO DE MONTEVIDÉU

O Congresso Pan-Americano,

Reunido em Montevideu, duzentos anos depois que Bolívar convocou as repúblicas americanas ao Panamá, em busca da solidariedade entre os povos e da soberania entre as nações;

Salientando que a doutrina da dominação contra a qual ele alertou retornou agora com toda a força, com uma pretensão renovada de difundir a liberdade enquanto sitia nações inteiras, sufocando suas sociedades, debilitando suas economias e subordinando suas democracias;

Repudiando a aplicação de ações militares e medidas coercitivas unilaterais que violam o direito internacional e ameaçam a “Zona de Paz”, como o sequestro de chefes de Estado e o bombardeio de civis no Caribe;

Denunciando as diversas formas de guerra jurídica que têm sido empregadas para destituir autoridades eleitas — desde a presidente Cristina Fernández de Kirchner até o vice-presidente Jorge Glas e o presidente Gustavo Petro — por meio de métodos que minam a soberania popular;

Reafirmando nosso compromisso com as Declarações de Bogotá e da Cidade do México, e nossa determinação em avançar em sua implementação, juntamente com os compromissos que assumimos hoje perante os povos das Américas;

Ecoando os depoimentos trazidos a este Congresso de territórios como Porto Rico, ainda sob domínio colonial, que não apenas nos lembram da luta inacabada pela descolonização das Américas, mas também oferecem um alerta grave sobre o que pode advir de sua recolonização;

Condenando sem reservas o bloqueio econômico, comercial e financeiro que, há mais de sessenta anos, assola o povo de Cuba, uma política de punição coletiva que lhe nega o direito de decidir seu próprio destino;

Afirmando que nossa América não será cúmplice de genocídio nem se deixará intimidar a agir para detê-lo, seja no caso do povo palestino na Faixa de Gaza, seja nos esforços atuais para exportar essas táticas de aniquilação de volta ao nosso hemisfério;

Comemorando as vidas que já foram perdidas por causa da antiga doutrina da dominação: crianças em hospitais, pescadores no mar, migrantes detidos pelo ICE, povos indígenas em suas terras ancestrais e líderes sociais e políticos perseguidos como “terroristas” em todo o continente americano apenas por causa de suas formas de pensar;

Celebrando a resiliência e a resistência de nossos povos, que se organizam em sindicatos, nos tribunais, nos parlamentos e em nossas ruas, respondendo à coerção com coordenação e enfrentando campanhas de medo com campanhas para fortalecer a solidariedade;

Salientando que a unidade é vitória e que essa renovada doutrina de dominação só pode ser derrotada por uma nova arquitetura de cooperação hemisférica, construída pelos legisladores aqui reunidos em colaboração com as comunidades que representam;

Expressando nossos agradecimentos à Frente Ampla e ao povo uruguaio por terem sido os anfitriões do Terceiro Congresso Pan-Americano, um povo que oferece um exemplo brilhante de renovação democrática e que mantém viva a memória dos horrores da ditadura,

Apela para que:

Renovemos nossas democracias a serviço das necessidades de nossos povos, defendendo o princípio da soberania popular contra a doutrina da supremacia unilateral;

Protejamos os direitos e liberdades democráticos conquistados ao longo de séculos de luta, combatendo a criminalização dos protestos e da imprensa e defendendo os órgãos legislativos cujos mandatos são usurpados pela força, em vez de conquistados nas urnas;

Lutemos pelo fim imediato e incondicional do bloqueio cruel e criminoso contra Cuba, defendendo o direito inalienável do povo cubano de decidir seu destino livre de interferência estrangeira;

Combatamos o crime organizado por meios democráticos, protegendo nossas comunidades ao corrigir as causas profundas de sua insegurança, tais como a produção de armas nos Estados Unidos e a ausência de serviços de assistência social que combatam a dependência química, ao mesmo tempo em que fortalecemos a cooperação regional para processar as redes financeiras que sustentam as organizações criminosas;

Construamos uma prosperidade soberana e compartilhada, rompendo com décadas de políticas que confundiram austeridade com destino, defendendo o direito de cada nação de planejar sua própria indústria, tributar sua própria riqueza e proteger seus próprios trabalhadores, e rejeitando relações comerciais ditadas por uma classe de capital transnacional que não presta contas a ninguém;

Promovamos uma maior integração produtiva, cadeias de valor regionais mais sólidas, empregos de qualidade, desenvolvimento tecnológico e estratégias industriais e energéticas capazes de sustentar uma transição ecológica justa;

Regulemos as tecnologias hoje controladas por um punhado de corporações, afirmando o princípio da soberania digital para proteger a privacidade de nossos cidadãos e o desenvolvimento de nossas economias, e rejeitando a reprodução, em formato digital, da extração de recursos realizada para enriquecer servidores e acionistas no exterior;

Fortaleçamos a infraestrutura digital pública e regional, as capacidades científicas e tecnológicas e os marcos democráticos para a governança de plataformas digitais e inteligência artificial, ao mesmo tempo em que se reduz a exclusão digital e se protege crianças e jovens nesses ambientes;

Teçamos um novo pacto social de dignidade compartilhada, reconhecendo que cuidar uns dos outros é uma responsabilidade coletiva e não um fardo privado, e reconstruamos as capacidades públicas que décadas de desregulamentação deliberada desmantelaram, para que a saúde, a moradia e uma velhice digna sejam direitos garantidos, e não bens racionados;

Recuperemos a igualdade soberana das nações, rejeitando toda forma de coerção — econômica, judicial, eleitoral ou militar — utilizada para subordinar os fracos aos fortes, e defendendo o direito de cada povo deste hemisfério de determinar seu próprio futuro sem tutela estrangeira;

Construamos uma solidariedade que transcenda fronteiras, tornando as reivindicações de uma nação as reivindicações de todas e defendendo a convicção de que a libertação de qualquer um de nossos povos está indissociavelmente ligada à libertação dos demais.

Hoje, 23 de agosto de 2026, nos unimos, portanto, para:

Combater a renovada doutrina da dominação em todas as suas formas, defendendo os direitos e liberdades conquistados ao longo de séculos de luta pela autodeterminação;

Colaborar a partir de nossas respectivas legislaturas para promover nossa própria visão de cooperação hemisférica, baseada na solidariedade entre os povos e na soberania entre as nações;

Convocar o Quarto Congresso Pan-Americano no Brasil, em agosto de 2027, dando continuidade, duzentos anos depois, à obra inacabada que Bolívar iniciou no Panamá.